

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.956 - MG (2019/0319476-6)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECORRIDO : ADELIO TEOTONIO PEREIRA

ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS interpõe recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** na Apelação n. 1.0209.13.006064-0/001.

Depreende-se dos autos que o réu foi condenado a 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime aberto, mais 12 dias-multa, substituída por duas restritivas de direitos, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, I e II, do CP.

O Tribunal de origem negou provimento à apelação ministerial e deu provimento à defensiva, a fim de diminuir a pena para 1 ano de reclusão mais 10 dias-multa, substituída por uma restritiva de direitos.

Nas razões do especial, alega a acusação que o acórdão recorrido violou o art. 155, §§ 1º e 4º, I e II, do CP, ao argumento de que podem ser aplicadas na dosimetria as qualificadoras do furto e a majorante relativa à prática desse delito durante o repouso noturno.

Requer seja aplicada a referida causa de aumento em novo cálculo dosimétrico.

Apresentadas as contrarrazões e admitido o especial na origem, o Ministério Público Federal opinou pelo seu provimento.

Decido.

O voto vencedor no julgamento da apelação perante o Tribunal *a quo* foi proferido nestes termos:

Inviável prover o recurso ministerial, a meu ver, pois entendo **não ser cabível o reconhecimento da majorante do repouso noturno em se tratando de furto qualificado.**

Filio-me ao entendimento segundo o qual é incompatível o reconhecimento desta quando o crime de furto é qualificado.

A meu ver, a majorante em questão não se compatibiliza com a figura do furto qualificado, aplicando-se, apenas, ao delito de furto em suas formas simples e privilegiada. **A incidência da majorante à modalidade qualificada do furto, hipótese em que a maior reprovabilidade do comportamento já vem espelhada na previsão abstrata de reprimenda mais severa, traduz indevida exasperação da pena aplicável ao acusado, razão que impõe sua limitação às suas formas simples e privilegiada do crime de furto.**

(fl. 182, grifei)

No que tange à compatibilidade da majorante com o furto qualificado, a tese foi firmada no **Recurso Especial Representativo de Controvérsia n. 1.193.194/MG**, cujo entendimento é aplicado, *mutatis mutandis*, à hipótese dos autos:

[...]

2. **A causa de aumento prevista no § 1º do art. 155 do Código Penal, que se refere à prática do crime durante o repouso noturno** – em que há maior possibilidade de êxito na empreitada criminosa em razão da menor vigilância do bem, mais vulnerável à subtração –, **é aplicável tanto na forma simples como na qualificada do delito de furto. Tal entendimento revela, mutatis mutandis, a posição firmada por este Sodalício no julgamento do Recurso Especial Representativo de Controvérsia n.º 1.193.194/MG**, de minha Relatoria, no qual afigurou-se possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2.º do art. 155 do Código Penal nos casos de furto qualificado (CP, art. 155, § 4º), máxime se presentes os requisitos.

[...]

5. Habeas corpus não conhecido.

(**HC n. 306.450/SP**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 17/12/2014, destaquei)

Por conseguinte, deve incidir a majorante do repouso noturno em nova dosimetria da pena.

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal preservou a valoração desfavorável de duas vetoriais (circunstâncias e consequências do crime) feitas pelo Juiz sentenciante na primeira fase e fixou a **pena-base em 2 anos e 8 meses de reclusão mais 15 dias-multa.**

Na segunda fase, foram computadas as atenuantes da confissão e da menoridade, de maneira a chegar ao mínimo legal para a **reprimenda intermediária: 2 anos de reclusão mais 10 dias-multa.**

Na terceira etapa, mantenho a diminuição de 1/2 decorrente da forma privilegiada do furto e aplico a fração de acréscimo de 1/3 referente à majorante do repouso noturno, com o que torno **definitiva a sanção em 1 ano e 4 meses de reclusão mais 6 dias-multa.**

Diante do exposto, **dou provimento ao recurso especial, a fim de aumentar a pena para 1 ano e 4 meses de reclusão mais 6 dias-multa, mantidos os demais termos do acórdão recorrido.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator